

Comissão de Economia, Obras Públicas,
Planeamento e Habitação

Registo E_COM6XV/2023/135
Data 22/06/2023

Exmo. Senhor Presidente

da Comissão Parlamentar de Economia, Obras
Públicas, Planeamento e Habitação,

Deputado Afonso Oliveira

S. Bento, 21 de junho de 2023

Assunto: Audição, com carácter de urgência, da Ministra da Habitação, sobre o corte no apoio às rendas.

Em Maio, em plena crise de habitação e perante a ausência de respostas face à quebra de rendimentos, o Governo anunciou uma medida extraordinária de apoio à renda. Aprovando um Decreto-Lei que definiu os critérios de atribuição do apoio, o Governo criou uma legítima expectativa em milhares de famílias.

O Ministério da Habitação anunciou esta segunda-feira que este subsídio mensal começaria a ser pago a cerca de 150 mil famílias, com retroativos a janeiro. Esta medida, ainda que limitada, poderia representar uma resposta real para quem está a ser afetado pela inflação conjugada dos bens essenciais e da habitação. Porém, a este Grupo Parlamentar têm chegado diversas denúncias de famílias que, cumprindo os critérios de atribuição, são excluídas do apoio.

Esta exclusão será explicada por uma alteração da medida do Governo, hoje noticiada pelo Diário de Notícias. Segundo o jornal, num despacho interno assinado a 1 de junho, o Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais instruiu os serviços da Autoridade Tributária (AT) a cortar na fórmula de cálculo do apoio às rendas. Esta alteração tem um enorme impacto: enquanto a fórmula do Decreto publicado em março considera os rendimentos coletáveis (ou seja, o rendimento total após as deduções específicas, sem incluir outros rendimentos que não tenham sido englobados na declaração de IRS), o Governo dá agora instruções para que a AT tenha em conta o rendimento bruto global. Na prática, o Governo

altera as regras para reduzir o montante do apoio ou excluir muitos dos potenciais beneficiários. Com este corte, o Governo procura conter o efeito orçamental de uma medida que havia anunciado há poucos meses. E, ao fazê-lo, deixa desprotegidas milhares de famílias.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer a audição urgente da Ministra da Habitação, Marina Gonçalves.

A Deputada do Bloco de Esquerda,

Mariana Mortágua